

Introdução

Maria Luzia Miranda Álvares

Os primeiros diálogos a respeito da criação de um grupo de estudos sobre a questão da mulher na UFPA ocorreram no início dos anos oitenta entre as professoras Edna Maria Ramos de Castro, Rosa Acevedo Marin e sua então orientanda Maria Luzia Álvares. Nas conversas, foram surgindo evidências de estudos que tangenciavam a temática em questão sem, necessariamente, se ater em uma problemática objetivamente centrada nas várias situações que já se salientavam em uma produção livresca do sul e do sudeste circulando escassamente nas livrarias da cidade de Belém.

O I Encontro de Pesquisadoras/es sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste, promovido pelo NEIM/UFBA, em 1992, favoreceu a criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Gênero (REDOR N/NE) e estimulou a formação de grupos de pesquisas nas universidades dessas duas regiões. Com isso, o processo constitutivo de um grupo nascente, ao congregar pesquisadoras da UFPA e de universidades particulares e estaduais do Pará, fortaleceu-se num marco de efeitos colaterais sobre o enfoque da história das mulheres. Entre os anos 1992 e 1994, vislumbram-se indícios de que, no ambiente amazônico, essa temática estava se tornando um ponto de convergência, um centro de debates, na rede teórica das Ciências Sociais.

Na manhã do dia 26 de agosto de 1994, no auditório do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, reuniram-se pesquisadoras e docentes de várias áreas de conhecimento, convocadas uma semana antes, para criar o **Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero – GEPem**. E no dia 27, essas associadas encontraram-se na Praça

Eneida de Moraes registrando formalmente a relação com a patrona do grupo.

No **I Encontro Amazônico sobre Mulher e Relações de Gênero**, em novembro/1994, o GEPEM congregou estudiosos/as da Região Norte. Daí em diante, as atividades sobre a temática foram estimuladas nos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisas e trabalhos de classe, presença nos eventos dos movimentos de mulheres paraenses, apresentação de trabalhos nos encontros locais, regionais e nacionais.

De 1998 a 2008, uma parte das associadas investiu na qualificação acadêmica, uma necessidade que se impôs pela nova dinâmica do avanço da pós-graduação nas universidades. A maioria das “meninas do GEPEM” se doutorou em diversos centros internacionais, nacionais e locais.

O processo de construção de saberes num espaço onde o conhecimento científico tem um padrão tradicional apresenta dificuldades para a inserção de novos enredos. Para as rupturas ao status quo, houve a presença constante das pesquisadoras da área de gênero em atividades múltiplas e a evidência do formato da transversalidade entre as grandes teorias e os enfoques contemporâneos que expunham diferenciais nos marcadores sociais, quando se processavam com a perspectiva de gênero.

Esses estudos ajudaram a problematizar a noção de sujeito universal e mostraram o caráter hierárquico e assimétrico subjacente à construção de feminilidades e masculinidades. As marcas sociais introduzidas nas matérias evidenciaram a multiplicidade de práticas e representações de mulheres e homens, pautados em diferenças: étnicas, raciais, status, geração, sexualidade e orientação religiosa, alguns dos principais marcadores.

Nesses anos de presença no âmbito acadêmico e na sociedade civil, o GEPEM construiu uma rede de estudos de gênero na Amazônia, contribuindo para o crescimento da produção de

saberes, práticas e linguagens. E tem mantido, desde 1994, um fluxo permanente de ações cooperando com a agenda política dos movimentos sociais, do ensino da graduação e pós-graduação na UFPA. Além disso, também tem preservado o compromisso com a luta pelos direitos das mulheres, haja vista que estes são humanos.

Neste sentido, a criação da **Revista Gênero na Amazônia** sela a mais ampla iniciativa para contribuir no processo inicial objetivado para o debate científico no campo das Ciências Humanas e Sociais. E desse modo, espera romper com as dificuldades regionais em torno da área editorial, procurando divulgar estudos interdisciplinares sobre mulheres e gênero publicando parte da produção elaborada a partir das atividades desta histórica caminhada. Firma também o compromisso de manter a interlocução com as autoras e autores das demais regiões que tratam do tema, socializando os saberes e práticas das mulheres desses espaços, fomentando mais esta estratégia de disseminação de estudos em suas diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar. E se propõe a publicar artigos, traduções, ensaios, resenhas, entrevistas, dossiês temáticos inéditos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros alcançando a finalidade de uma revista acadêmica.

Este primeiro número da **Revista Gênero na Amazônia** apresenta oito artigos em diferentes assuntos.

Tratando de políticas públicas e gênero, Maria Antonia Cardoso Nascimento expõe alguns resultados da pesquisa **Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá**, analisando a alteração das identidades de gênero e raça/etnia, devido o ganho de recursos financeiros pela política de transferência de renda federal e estadual. Centrou no programa federal Bolsa Família e no estadual Renda para Viver Melhor, do governo do Amapá. A hipótese que tem sido extraída nos vários estudos em que a autora se baseou é

da “*presença de uma nova morfologia do liberalismo, que retoma a atuação do Estado no social e reduz o espaço do mercado nos processos políticos, em contraposição ao posicionamento assumido na década de 1990*”. Na primeira parte do texto, Maria Antonia trata da *Teoria Feminista e Políticas Públicas de Gênero* considerando pontos focais refletindo as discussões mundiais sobre relações desiguais entre homens e mulheres, e as contribuições da teoria feminista marxista quanto às explicações sobre a desigualdade social. O outro eixo de análise do texto refere *as Percepções de Beneficiários e Executores do Bolsa Família e do Renda para Viver Melhor*, no qual são analisados os resultados da pesquisa. Finaliza ratificando as “*implicações sociais decorrentes da persistência do tratamento desigual atribuído para homens e mulheres pauperizados*”.

Dois textos elaboram uma revisão da literatura centrada na teoria de gênero: **Família, Profissão e Afeto: apontamentos para estudos de gênero**, de Evanildo Moraes Estumano, e **As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista**, de Maria Lúcia Chaves Lima e Ricardo Pimentel Mélo. O primeiro artigo avalia as relações familiares e de trabalho profissional contextualizando o magistério exercido por mulheres, procurando verificar qual o melhor tratamento da categoria afeto nos estudos de gênero. Propõe para isso a “janela” da antropologia da emoção “*para o entendimento das percepções em torno das relações entre homens e mulheres?*”. A argumentação se estende de um ponto geral e mais abstrato a outro restrito e mais concreto, intentando “*caminhar entre o contextual e a generalização dos conceitos e das relações estabelecidas entre os mesmos no cotidiano*”.

O enfoque de Maria Lúcia Chaves Lima e Ricardo Pimentel Mélo, ao percorrerem algumas produções bibliográficas, problematiza a noção de gênero ainda circulante na atualidade nas Ciências Humanas e Sociais, tematizada pela teoria feminista desde os primórdios do debate sobre o atrelamento da concepção numa perspectiva identitária e binária. Chegam à compreensão

das relações de gênero como relação de poder fluída, decorrendo variadas maneiras de relacionamento em práticas sociais. Dizem que nessa compreensão, “*a noção de gênero se configura como uma forma de resistência ao negar a substância de verdade de qualquer que seja a estética de existência*”.

Em **Trabalho e Família na Percepção de Mulheres Provedoras**, Lana Claudia Macedo da Silva, avaliando as transformações mundiais das últimas décadas do século XX, observa que essas mudanças atingiram a vida das mulheres em vários aspectos: no mercado de trabalho, na busca por melhor nível de escolaridade, na redução da taxa de fecundidade. Contudo, motivaram a expansão dos domicílios chefiados por elas. Mas isso não é de hoje, diz a autora validando essa assertiva, ao circular por uma literatura que enfatiza as diferentes épocas históricas demonstrativas dos avanços sociais femininos. Presentemente, há maior visibilidade social dessa situação. Com isso, Lana Claudia investiu em pesquisa entre mulheres da Região Metropolitana de Belém, analisando a relação entre as categorias trabalho e família na percepção de mulheres provedoras – categoria que se ampliou no Brasil, segundo as pesquisas do IBGE.

Jennefer Portela de Sales contribui nesta revista com o tema da sexualidade feminina de jovens entre 14 e 21 anos, a partir da análise de resultados de uma pesquisa realizada na sede do Município de Chaves (Arquipélago do Marajó, Estado do Pará-Brasil), centrando seu estudo de caso entre estudantes de uma escola pública dessa cidade, em 2011. O artigo **As Flores que Falam sobre Sexualidade e Afetividade** analisou o modo como “*ocorre/ocorria a relação da juventude feminina Chaviense com a sexualidade e qual seu pensamento a respeito da virgindade*”. A representação do ato sexual, os meandros do acontecimento desse ato e a compreensão sobre a forma de participação da família e da escola no processo de orientação sexual são eixos desse estudo. Numa sociedade na qual,

possivelmente, algumas mudanças sociais ainda não atingiram sua fase de transformação, esse é um tema candente para a observação da autora e traz contribuições para próximos estudos.

Um dos significativos meios de divulgação crítica sobre a situação da mulher são os estudos feministas como uma abordagem de análise literária nos romances. Aliás, o ressignificar do formato da representação das imagens femininas nesses romances e na própria História das Ciências, numa perspectiva acronológica, deu chance para um novo olhar sobre a produção das mulheres escritoras que não “eram vistas” pelos críticos da época. Diz Lúcia Leiro (<http://mulhereliteratura.blogspot.com.br>) em torno desse assunto: “*Sendo a crítica formada por homens que eram educados para considerar o engenho como atividade masculina, era previsível que eles rejeitassem as produções das mulheres. E se as mulheres não escreviam críticas, como as escritoras poderiam ser lidas e respeitadas? A saída de algumas mulheres foi escrever dentro de um modelo masculino e analisadas a partir de abordagens masculinas. Assim, algumas poucas conseguiram fazer parte das Histórias da Literatura Brasileira. Rachel de Queiroz foi uma delas*”. Nesse tom, Lilian Adriane dos Santos Ribeiro no texto **O Quinze, de Raquel de Queiroz: aspectos autobiográficos y de género** mostra os liames desses aspectos em “O Quinze” (1930), que determinam “*a própria condição feminina, por meio da ficção romanesca e das ações da protagonista da trama*”. Utiliza a análise do conteúdo e do discurso para explorar a ambiência sociopolítico-cultural que recebeu a obra.

Numa outra evidência entre gênero e literatura, **Daise Lilian Fonseca Dias** dá uma contribuição significativa a essa nova maneira de “olhar o mundo” no artigo **Gerações em Conflito: relações de gênero e de raça em O Morro dos Ventos Uivantes**. Afirma que há mulheres circulando nesse mundo, produzindo seus romances e se encontrando na ficção. E analisa, “*sob a perspectiva feminista e póscolonial, as relações de gênero e de raça no único romance da escritora inglesa Emily Brontë*”. Considera

que em sua obra, a autora “*subverte tais relações ao propor a ascensão do subalterno estrangeiro, e apresenta uma possibilidade de revisão das relações de gênero, em favor das mulheres*”.

Eneida Corrêa de Assis constrói o artigo **Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma Antropóloga e seu diário de campo** refletindo sobre sua experiência, nos anos 1970, como postulante na função de antropóloga, sobre o mundo feminino indígena que àquele momento ainda era pouco evidente nas discussões dos/as letrados/as impregnados das representações tradicionais sobre a figura feminina associada às funções domésticas. Do “caderno de campo” a uma revisão da literatura sobre o obscurantismo do tema pouco reconhecido no meio acadêmico, o olhar da antropóloga “revisa” a descoberta do mundo feminino no qual começou a se inserir à medida que se relacionava com as mulheres Galibi, Karipuna e Palilikur, aprendendo seus afazeres, ouvindo suas vozes e refletindo sobre a própria condição de mulher.

Este olhar multivariado de imagens agregando estudos na perspectiva de gênero aponta para as maneiras singulares de pesquisadoras/es reverem suas teorias e apreenderem, através de seus dados, a ressignificação das vivências de homens e mulheres que circulam em múltiplas “estradas” desta região e alhures. Ao aplicarem suas metodologias de análise procuram extrair de um mapa mundial de teorias sociopolíticas-antropológicas, da literatura, da educação etc., em seus objetos de estudo, o motivo central desses desenhos.

Por fim, a **Revista Gênero na Amazônia** não pretende ser uma obra fechada de e sobre a situação das relações de gênero na região amazônica, mas espera despertar a atenção da comunidade brasileira para a significativa produção acadêmica que circula no território mundial do qual fazemos parte.